

INCLUSÃO ESCOLAR SOB A PERSPECTIVA DA DOCÊNCIA PEDAGÓGICA

Ana Cristina Lopes Sampaio
Sônia Cristina Lopes Sampaio
Betijane Soares de Barros



<https://doi.org/10.29327/223013.3.1-1>

RESUMO

Compreende-se por educação inclusiva a ascensão e conservação dos educandos nas escolas de ensino regular, de todas as camadas da educação independentemente de suas distinções ou carências individuais, de modo a proporcionar a aprendizagem e o desenvolvimento individual, respeitando as diferenças constantes ao homem, como assegura Mantoan (2006), incluir “de modo a reconhecer e valorizar as diferenças, sem discriminar os alunos nem segregá-los” (p.15). Há diversos documentos que garantem a educação inclusiva, dentre eles ressalva-se, em nível internacional, a Declaração de Salamanca, de 1994, que sugere que as crianças com necessidades educacionais especiais precisam possuir o direito a ascensão a escola regular, ao meio de uma pedagogia capaz de suprir suas necessidades. Do mesmo modo, todas as autoridades governamentais necessitam estarem em condições a abarcarem todas as crianças, independentemente de suas diferenças ou dificuldades individuais. O objetivo buscado é entender como se dá a educação inclusiva na prática, levando em consideração tantos respaldos que esta parcela populacional possui no papel. Para alcançar o objetivo buscamos livros, artigos e publicações que mostrassem esta realidade e alguns sucessos e avanços. Percebemos durante a pesquisa que diversos são os atos a tornarem a educação inclusiva uma medida produtiva e que muito falta para galgá-la.

Descritores: Educação Inclusiva. Desenvolvimento. Respeito.

1 INTRODUÇÃO

O mundo tem passado por grandes mudanças no decorrer das últimas décadas, entre elas pode-se destacar a evolução da educação no tangente a pessoas com necessidades educacionais especiais. Tendo o tema da presente pesquisa sido discutido em vários artigos científicos, demonstrando grande relevância dentro meio acadêmico e científico.

A Educação Inclusiva no Brasil tem passado por gradativas transformações, tendo como base um currículo direcionado a atender portadores de necessidades educacionais especiais (VIEIRA et al, 2018); a formação adequada de professores, e práticas pedagógicas que possibilitam o aprendizado de pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais, tudo isso apoiados na ação conjunta dos professores, escola e família.

A formação do educador, para atendimento das pessoas com necessidades educacionais especiais dentro sistema educacional, precisa ir além da presença de professores em cursos que visem mudar sua ação no processo ensino-aprendizagem, é necessário que essa formação se torne contínua (MARTINEZ; COSTA, 2016).

A formação de professores deverá ocorrer de forma a superar a especialização contida nos currículos dos cursos, ou seja, descentralizar, sair do que é específico de cada categoria da educação especial (OLIVEIRA, 2016).

A união do professor, escola e família é extremamente importante e necessária para que a inclusão ocorra de forma eficaz e dentro da sala de aula do sistema educacional regular, proporcionando a todos uma educação de qualidade (MEDEIROS; BARRERA, 2018).

2 MÉTODO

O método utilizado para elaboração da pesquisa foi a revisão sistemática, que obedeceu as etapas a seguir exposta no quadro 1, obedecendo alguns critérios como a exposição de do tema, objetivos e pergunta norteadora, além dos dados lógicos da pesquisa, sites e biblioteca acessados, descritores, string de busca e critérios de exclusão e inclusão dos artigos utilizados no presente artigo.

Quadro 1 – Etapas da Revisão Sistemática.

ETAPA	TÓPICOS DE CADA ETAPA	DETALHAMENTO DE CADA TÓPICO		
1ª	Tema	Inclusão Escolar sob a Perspectiva da Docência Pedagógica		
	Pergunta norteadora	Como a formação de professores direcionada para educação inclusiva pode contribuir para uma prática pedagógica efetiva?		
	Objetivo geral	Analisar o desenvolvimento da educação inclusiva no sistema educacional do Brasil e como a prática pedagógica tem contribuído para sua implementação.		
	Estratégias de busca	1. Cruzamento de descritores por meio do operador booleano AND; 2. Uso de descritores estruturados (codificação) no DECS ou MESH; 3. Uso de metadados (filtros).		
	Bancos de terminologias	Banco	Link	
		DeSC	http://decs.bvs.br/	
		MeSH	https://www.ncbi.nlm.nih.gov/mesh	
	Descritores livres e estruturados	Descritor	DeSC (Registro)	MeSH (Identificador Único)
		Inclusão Escolar	19239	D008282
		Docência Pedagógica	14042	D013663
	String de busca	“Inclusão Escolar” AND “Docência Pedagógica” / “Inclusão Escolar”		
Bibliotecas Virtuais	Link			
	BVS	https://bvsalud.org/		
	SciELO	https://search.scielo.org/		
	Periódicos da Capes	https://www.periodicos.capes.gov.br/		
2ª	Período de coleta dos dados	julho de 2020		

	Crítérios de inclusão	1. Texto (artigo de opinião de espécie científico). 2. Publicação (2015-2020).		
	Crítérios de exclusão	1. Artigos que não contemplam a temática “Disciplina positiva”.		
3ª	Número de trabalhos selecionados para revisão sistemática a partir da leitura dos agentes indexadores das publicações (tema, descrição, ementa).			11
4ª	Categorias obtidas com a análise dos documentos investigados online gratuitos e de livre acesso.			3
5ª	Tecnologias digitais utilizadas	Tecnologia (software ou website)	Link	Utilidade
		WordArt: Nuvem de palavras	https://wordart.com/	Construir nuvem de palavras e frequência das palavras-chave para criar as categorias temáticas.

Fonte: Elaborada pela autora.

3 RESULTADOS

Quadro 2 – Documentos disponíveis nas Plataforma BVS, Scielo e Periódicos da Capes, obtidos por string de busca.

String de busca	Bases de dados Plataforma	Total de publicações sem o filtro	Publicações disponíveis após aplicar os filtros	Publicações aproveitadas na Revisão Sistemática
“Inclusão Escolar” AND “Prática Pedagógica”	BVS	1699	113	2
	Scielo	244	59	5
	Periódicos da Capes	67	36	3
“Inclusão Escolar”	TOTAL	2000	208	10

Fonte: Elaborada pela autora.

Foram detectadas 2.000 publicações científicas nos bancos de dados, das quais 208 eram artigos disponíveis após o uso dos filtros, desses foram feitos 11 downloads, que obedeceram aos critérios de inclusão, sendo submetidos às etapas da revisão sistemática.

Quadro 3 - Descrição dos artigos utilizados na pesquisa de acordo com os critérios de inclusão.

Nº	AUTOR(A)	TEMA	ANO	CONCLUSÃO
1	Amanda Botelho Corbacho Martinez / Daiane Santil Costa	Concepções de Professores sobre a Formação Docente na Perspectiva Inclusiva: breves relatos de pesquisas	2016	Os resultados apontam a necessidade de deslocamento do olhar centrado apenas no fazer do professor para as questões de outras ordens que atravessam a prática pedagógica.
2	Juliana Cavalcante de Andrade Louzada / Sandra Eli Sartoreto de Oliveira Martins	Educação Inclusiva: o olhar do professor sobre a prática pedagógica para o aluno com deficiência no Ensino Fundamental II	2016	Os resultados revelam o conhecimento dos participantes sobre os apoios pedagógicos especializados ofertados aos alunos PAEE para cursar o ensino fundamental. Embora reconheçam a importância desse suporte, indicam a falta de qualificação profissional para orientá-los na apropriação do currículo em sala de aula comum. Somadas a esse aspecto, considerar como os professores buscam diminuir a exclusão e qualificar o rendimento escolar para esse alunado nesta etapa de ensino, constitui-se a tônica deste estudo.
3	Andréia Jaqueline Devalle Rech /	Analisando as contribuições do Programa Nacional pela Alfabetização na	2016	Após a análise desses dados, constatamos que o PNAIC contribuiu com a prática pedagógica inclusiva de 74,06% dos orientadores de estudo. Também,
	Helenise Sangoi Antunes / Cinthia Cardona de Ávila / Glaucimara Pires Oliveira/ Vanir Ferrão da Silva	Idade Certa frente à prática pedagógica inclusiva dos professores orientadores de estudos		verificamos que o programa contribuiu significativamente para a formação profissional e pessoal desses professores, proporcionando um espaço de troca de experiência culminando em reflexões sobre suas práticas pedagógicas frente à heterogeneidade que se faz presente na sala de aula.
4	Alexandro Braga Vieira / Ines de Oliveira Ramos / Renata Duarte Simões	Inclusão de alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento: atravessamentos nos currículos escolares	2018	Os dados problematizam se realmente os professores não têm formação e conhecimentos para mediar a aprendizagem dos alunos; o desenvolvimento do sentimento de paralisia docente; a importância de se assumir os professores como mediadores do conhecimento; o currículo como uma prática cultural aberta a novas experiências e a escola como um cotidiano que pode ser reinventado pelas ações de seus praticantes.
5	Gabriela Tannús-Valadão / Enicéia Gonçalves Mendes	Inclusão escolar e o planejamento educacional individualizado: estudo comparativo sobre práticas de planejamento em diferentes países	2018	O modelo de PEI da França é o que tem maior abrangência, visto que engloba todo o ciclo de vida. Nos Estados Unidos e na Itália, ele é exclusivo da vida escolar, embora seja enfatizada a importância de medidas de controle do processo de transição da escola para o trabalho e/ou comunidade. O Brasil não possui dispositivos na legislação que garantam que tais estudantes tenham um PEI baseado em suas peculiaridades, resultando num planejamento centrado mais nos serviços existentes do que nas necessidades dos alunos. Assim, ainda que a era anunciada seja de inclusão escolar, as práticas de planejamento não mudaram.
6	Célia Regina	Formação de	2019	Os resultados obtidos evidenciaram que, na fase

	Vitaliano	professores de Educação Infantil para inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais: uma pesquisa colaborativa		inicial, os professores enfrentavam dificuldades para efetivar a inclusão dos alunos com NEE. Por meio de ciclos de estudos, reflexões sobre a prática à luz dos conteúdos teóricos estudados e da participação da pesquisadora em sala de aula, foi possível identificar que os professores se tornaram mais seguros para efetivar a inclusão de seus alunos com NEE.
7	Helena Venites Sardagna / Tatiane De Fraga Frozza	Narrativas e Práticas de Governamentalidade: a Perspectiva do Docente sobre o Aluno com Deficiência	2019	Evidencia-se a efetivação das ações inclusivas na escola, no fortalecimento do imperativo da inclusão, reforçando a instituição escolar que opera como uma maquinaria a serviço do Estado governamentalizado, disseminando condutas almeçadas por seus docentes.
8	Libéria Rodrigues Neves / Mônica Maria Farid Rahme / Carla Mercês da Rocha Jatobá Ferreira	Política de Educação Especial e os Desafios de uma Perspectiva Inclusiva	2019	Diante disso, propõe-se uma interlocução com o discurso psicanalítico, de modo a problematizar o lugar atribuído ao AEE nesse contexto, bem como a persistência de movimentos segregadores, que insistem em se inscrever mesmo que a orientação política proponha uma Educação Inclusiva.
9	Ladislau Ribeiro do Nascimento	Encontros possíveis entre psicologia e educação para a inclusão escolar	2018	Finalmente, com o objetivo de reafirmar a importância de adotarmos uma mudança paradigmática na promoção da educação inclusiva, apresentamos duas intervenções bem-sucedidas, ambas extraídas da literatura utilizada para o embasamento teórico deste artigo.
10	Ana Paula Medeiros / Sylvia Domingos Barrera	Inclusão Escolar: concepções de professores e práticas educativas	2018	Constatou-se que os professores percebem uma dicotomia entre a teoria e a prática da inclusão, embora o discurso seja majoritariamente favorável ao tema. Há pouca adaptação das escolas e a aprendizagem é falha. Professores de escolas particulares recebem maior incentivo de formação continuada, e os da escola pública desejam maior apoio. Os PPP não abordam o tema. A inclusão escolar está distante dos objetivos.

Fonte: Plataformas: BVS, Scielo, Periódicos da Capes, 2020.

O corpo textual foi avaliado por meio da constância de palavras, que acarretou a nuvem de palavras - Figura 1 - criada na Plataforma online WordArt. O WordArt é uma ferramenta que agrupa e organiza graficamente as palavras-chave demonstrando aquelas mais frequentes.

Tabela 1 - Frequência das palavras presentes nos textos publicados pelos artigos nas Plataformas: BVS, Scielo e Periódicos da Capes.

PALAVRAS	FREQUÊNCIA	CATEGORIAS
Professor	9	Educação Inclusiva no Brasil: um breve histórico
Prática	7	
Escola	6	
Inclusão	6	
Alunos	5	A Prática Pedagógica e a Formação dos Professores relacionadas a Educação Inclusiva
Escolar	5	
Inclusiva	4	
Pedagógica	3	
Aula	3	O papel do Docente frente a Inclusão de Alunos com Necessidades Especiais
Formação	3	
Ensino	2	
Aprendizagem	2	
Docente	2	

Fonte: Elaborada pela autora.

4 DISCUSSÃO

A Educação Inclusiva no Brasil, bem como, no mundo, tem passado por gradativas transformações e evolução, tendo como base um currículo direcionado a atender portadores de necessidades educacionais especiais; a formação adequada de professores, que inclua a educação inclusiva de início ao fim dos cursos direcionados ao magistério, bem como, práticas pedagógicas que possibilitam o aprendizado e a inclusão respeitando o tempo da cada aluno de acordo com suas dificuldades e habilidades, apoiados no professor, na escola e na família.

4.1 EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL: UM BREVE HISTÓRICO

Primordialmente, a educação especial no Brasil apresentou-se na época do império estando direcionada para os surdos e cegos. Só no final do século XX, iniciou-se um movimento de incorporação no sistema regular de ensino, envolvendo a integração de alunos com deficiência. A inclusão veio para substituir a política de Integração (OLIVEIRA, 2016).

De todos os documentos elaborados em favor da inclusão escolar, um dos mais importante é a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), pois, traz em seu rol a prescrição de que os alunos com NEE deverão ser incluídos e ter suas necessidades atendidas em escolas regulares. No mesmo diploma, ainda, veio estabelecido as responsabilidades das partes envolvidas, como o Estado, a escola e a comunidade (MEDEIROS; BARRERA, 2018).

A educação inclusiva é um modelo educacional embasado nos direitos humanos e de acordo com a construção do sistema educacional inclusivo, com uma proposta de mudanças efetivas na cultura da escola e na sua estrutura, buscando atender as especificidades dos alunos portadores de necessidades educacionais especiais (NEVES et al, 2019).

A inclusão é um movimento educacional, bem como, social e político que vem proteger o direito de todos os indivíduos participarem, de uma forma consciente e responsável, da sociedade de que fazem parte, e de serem aceitos e respeitados naquilo que os diferencia dos outros.

No âmbito educacional, vem, também, defender o direito de todos os alunos desenvolverem e concretizarem as suas potencialidades e, também, de apropriarem as competências que lhes permitam exercer o seu direito de cidadania, através de uma educação de qualidade, que seja posta tendo em conta as suas necessidades, interesses e características. Contudo, a educação inclusiva é pretensão de docentes e movimentos sociais, que lutam pelo direito de todos a uma educação de qualidade (OLIVEIRA, 2016).

A política inclusiva tem por objetivo a regularização da população de alunos com deficiência, dentro do ensino regular ou não, e propondo a administração da vida desses alunos, “configurando-se em movimentos de gestão da vida humana, como na perspectiva da biopolítica” (SARDAGNA; FROZZA, 2019).

A educação inclusiva apresenta uma proposta rodeada de questionamentos e de controvérsias resultantes da complexidade do tema, a ideia de inclusão traz em si as contradições de uma sociedade baseada na lógica da exclusão da maioria em favor da manutenção de privilégios de grupos dominantes. Abordar este assunto por meio de discursos e práticas distantes da realidade concreta, conforme tem sido observado ao longo dos anos, faz-nos incapazes de alcançar a tão almejada condição de respeito e de valorização das diferenças, dentro ou fora das instituições escolares (NASCIMENTO, 2019).

No processo de inclusão escolar devem ser respeitados alguns princípios, de acordo com a Resolução CNE/CEB Nº 2/ 2001, dos quais se destaca o educar para a diversidade, pois, consiste no respeito às diferenças individuais e culturais dos indivíduos (OLIVEIRA, 2016).

Com a promulgação da Constituição Federal/1988, foi oficializado no seu art. 208 que a educação é um direito público e é dever do Estado:

Garantir o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino, além de garantir o acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um.

Assim, a educação inclusiva foi inserida no sistema educacional, proporcionando o aprendizado em conjunto, independentemente de suas necessidades, sejam necessidades especiais ou dificuldade de aprendizagem. Desta forma, a inclusão educacional implica no melhor desenvolvimento para os educandos, pois em um ambiente escolar diverso é possível se compartilhar experiências de vida, que contribuirão para o aprendizado (OLIVEIRA, 2016).

A política de inclusão vem com intenção de superar séculos de exclusão de crianças, adolescentes e adultos, público alvo da educação especial, sendo a escola o responsável pela promoção da inclusão educacional, “superando a desvinculação entre educação regular e a educação especial, bem como democratizando o espaço escolar” (OLIVEIRA, 2016).

A inclusão do aluno nas classes regulares é uma forma de democratizar a escola, pois, as condições que as classes especiais oferecem contribuem para a exclusão, a discriminação e a não participação do aluno portador de necessidade especial no contexto escolar (OLIVEIRA, 2016).

O incremento de uma educação inclusiva força a grandes mudanças organizacionais e funcionais em diferentes níveis do sistema educativo, deve ter mudanças na articulação dos diferentes agentes educativos, na gestão da sala de aula, no currículo e no próprio processo de ensino-aprendizagem, o que pode gerar resistências e medos, que dificultem a ocorrência dessas mudanças. Tais mudanças ultrapassam as mudanças de estrutura física adequada e adaptada às necessidades específicas dos educandos (OLIVEIRA, 2016).

4.2 A PRÁTICA PEDAGÓGICA E A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES RELACIONADAS A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A escola que busca atender a todas as pessoas, sem distinção, traz em seu escopo a mudança de percepções que rotulam e selecionam desqualificando e excluindo os indivíduos. A escola que se pretende construir com base na inclusão, ou seja, que atenda a necessidade de todos e ao mesmo tempo de um, deve promover “a criação de novas oportunidades de aprendizagem, sendo elas diferenciadas para os modos de aprender” (MARTINEZ; COSTA, 2016).

A realidade das salas de aulas é a diversidade, que propõe ritmos diferenciados de aprendizagem, não existindo homogeneidade, deste modo, os cursos de formação para professores tem deixado a desejar, pois, não têm se preocupado em preparar os educadores para respeitar os ritmos e tempos de aprendizagem do alunado no ambiente da escola regular (MARTINEZ; COSTA, 2016).

A formação do educador que atua na Educação Especial e Inclusiva precisa ir além da presença de professores em cursos que visem mudar sua ação no processo ensino-aprendizagem, é necessário que essa formação se torne contínua. É essencial partir da reflexão sobre a formação docente considerando a escola inclusiva e, assim, buscar novos caminhos que possam favorecer a perspectiva de mudança no cenário educacional brasileiro. Deste modo, é imprescindível uma análise crítica direcionada para dilemas que cercam a formação de professores voltada para inclusão, objetivando o processo de reestruturação do pensamento e das ações escolares (MARTINEZ; COSTA, 2016).

Observe que o processo de formação para professores de forma geral, especificamente na formação continuada, é um processo que deve ocorrer de modo reflexivo embasado em conhecimentos

teóricos e metodológicos, tudo com muita responsabilidade e compromisso por profissionais envolvidos na relação escola/aluno/família (VITILIANO, 2019).

A maioria dos cursos de formação de professores embasados na temática inclusão escolar deixam a desejar por expor um conteúdo vazio que não atende a realidade fática dos alunos, pois, trazem em seus arcações uma visão médica da deficiência e resumindo a classificações de pessoas, pessoas essas que “foram historicamente negadas de participação social nas diversas instâncias da vida”. Isso, minimiza em muito a contribuição na formação crítica e consistente para a atuação pedagógica (MARTINEZ; COSTA, 2016).

Deste modo, “a educação inclusiva requer como demanda uma formação do educador numa perspectiva pedagógica humana, ética, social e política. Educação crítica e compromissada com a inclusão social, que articule teoria e prática” (OLIVEIRA, 2016).

Sob a perspectiva da educação inclusiva, a educação especial está organizada de forma a perpassar tanto pelo atendimento educacional especializado quanto pela orientação ao professor comum sobre as estratégias que melhor se adequam a cada aluno público-alvo da educação especial (RECH et al, 2015).

A educação inclusiva nas escolas chega a ser um desafio, assinala para a necessidade de sobrepujar práticas individualistas e competitivas para evoluir para um trabalho de forma coletiva, interdisciplinar e multiprofissional. Assim, os cursos de formação para a educação inclusiva devem trabalhar a temática de forma teórica e metodologicamente (OLIVEIRA, 2016).

Assim, a escola pode ser o ambiente, a partir do qual os educadores irão buscar aprimorar suas práticas. Essa busca deve está centrada na diferenciação curricular inclusiva, em vias escolares diferenciadas para dar resposta à diversidade cultural, implementando uma prática que considere diferentes metodologias que observem os ritmos e os estilos de aprendizagem dos alunos (OLIVEIRA, 2016).

Diante de tais considerações é possível concluir que não é o aluno que deve adaptar-se à escola, mas sim, é esta que deve tornar-se um espaço inclusivo, a fim de cumprir seu papel social e pedagógico na busca pela educação na diversidade, iniciando esse processo com a formação de professores adequada para atender a diversidade que compõe a educação inclusiva.

4.3 O PAPEL DO DOCENTE FRENTE A INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS

O desenvolvimento de práticas pedagógicas que levem em consideração as especificidades da Educação Especial e Inclusiva, por todos os seus participantes, está recomendada, como já visto, na

Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), na Constituição Federal/1988, e também, no Estatuto da Criança e do Adolescente/1990 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

A formação de professores para atender o público alvo da educação inclusiva, deverá ocorrer de forma a superar a especialização contida nos currículos dos cursos, ou seja, descentralizar, sair do que é específico de cada categoria da educação especial (OLIVEIRA, 2016).

A formação de professor para educação inclusiva necessita ser mais abrangente, permitindo ao educador agir com vários tipos de categorias da educação especial, bem como, com processos pedagógicos diversificados. Segundo Oliveira (2016), a formação e prática deva considerar: O processo formativo de construção do saber-fazer educativo dos professores no cotidiano escolar, que implica em processo de reflexão sobre a prática;

- A interação intersubjetiva com o outro (público alvo da educação especial ou não) no processo ensino-aprendizagem;
- As representações e imaginários envolvidos na prática docente, com a possibilidade de serem transformadas no processo pedagógico;
- A pessoa do professor e do aluno;
- O deslocamento das “dificuldades” dos discentes para as suas “potencialidades”;
- As diversas diferenças: de capacidades, etnia, gênero e de classe;
- A complexidade das diversas categorias da Educação Especial;
- A realização de práticas investigativas.
- A proximidade com os sistemas educacionais e as práticas educativas das escolas.
- A relação entre a teoria e a prática no processo ensino- aprendizagem.

Formação e prática pedagógica que possibilitem ao educador transitar entre os saberes (sociais, éticos, políticos e culturais) do magistério e das diferentes áreas de conhecimento sobre a Educação Especial.

É necessário sair da visão tradicional, em que o foco de atenção no ensino de crianças com deficiência está ancorado nas limitações, dificuldades e inadequações relativas às crianças, e passar a valorizar o meio e as possibilidades garantidas para as crianças, uma vez que as adaptações curriculares são essenciais para que o ambiente escolar promova a participação desse alunado (OLIVEIRA, 2016).

Segundo Mantoan (1997), o grande desafio para o professor em termo de sua atuação segundo um currículo construtivista de educação para o deficiente está em fazê-lo encarar o aluno como uma pessoa que age, decide e pensa com seus próprios meios.

Ampliar o conhecimento em múltiplas áreas de conhecimento, envolvendo questões específicas da educação especial, implica em se repensar e reconstruir os currículos em vigor nas escolas, superando a concepção de currículo restrita ao conteúdo programático, “para uma visão mais ampla, política e dinâmica de currículo” (OLIVEIRA, 2016).

Ocorre que a complexidade que envolve o trabalho com o conhecimento dentro da escola, decorre do fato de que os currículos são compreendidos de forma diversa por

gestores/pesquisadores/profissionais da educação, como um projeto ou um plano ou até mesmo uma proposta, definidora de objetivos, conteúdos e metodologias a serem observadas, sendo assim, denominado por currículo prescrito (VIEIRA et al, 2018).

A pedagogia educacional capaz de incluir é aquela que permite um sistema de ensino flexível, no sentido de permitir que cada criança desenvolva suas habilidades a partir de critérios próprios. Desta forma, não são as deficiências que precisam ser destacadas pelo atendimento especializado. As atenções devem voltar-se para o aprimoramento das habilidades, a partir das deficiências, sem deixar essas crianças fora do contexto educacional.

O professor deve ter a consciência que nem todos aprendem da mesma maneira, e por isso ele precisa ser o mediador, buscar a partir dos interesses e conhecimentos o caminho para o desenvolvimento da capacidade de crescimento do ser humano. A educação dos alunos com necessidades educativas especiais tem os mesmos objetivos da educação de qualquer cidadão, algumas modificações são as vezes requeridas nas organizações e no funcionamento da educação escolar para que tais alunos usufruam dos recursos escolares de que necessitam para o alcance dos seus objetivos.

E, o planejamento é parte primordial nesse processo. Assim, o modelo do planejamento centralizado na pessoa pode variar passando do planejamento focalizado na fase da vida escolar até o planejamento para o desenvolvimento profissional, dentre outros (TANNÚS-VALADÃO; MENDES, 2018).

Deste modo, é possível observar que o planejamento individualizado pode ser tanto escolar ou educacional. O planejamento escolar ocorre quando está direcionado a atender às demandas escolares. O planejamento educacional possui maior alcance, “por se preocupar em atender às demandas da vida em comunidade de modo geral e levando em consideração o ciclo vital do indivíduo, que envolve estabelecer metas em curto, médio e longo prazo” (TANNÚS-VALADÃO; MENDES, 2018).

Assim, a inclusão social é um movimento não só educacional, mais também, social e político que objetiva proteger os direitos dos indivíduos participarem ativamente da sociedade, e que é necessário estar presente na formação, bem como na prática pedagógica dos professores. “O trabalho pedagógico na educação inclusiva deve estimular a capacidade de aprendizagem dos educandos, ajudando-os a vencer os obstáculos” (OLIVEIRA, 2016).

Nesse sentido, é necessário direcionar a atenção para as ações que cabem aos professores realizarem na prática pedagógica no intuito de favorecer a aprendizagem de todos os alunos envolvidos no processo. O sucesso da educação inclusiva está sustentada numa tríplice: professor, escola e família, esses devem caminhar juntos e de braços dados em direção a inclusão escolar, pois, o educador por mais preparado e motivado que seja, não conseguirá atingir seus objetivos se não tiver o apoio da comunidade escolar.

5 CONCLUSÃO

A Educação Inclusiva no Brasil está em evolução, buscando efetivar os direitos humanos das pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais, em rumo a concretização de um sistema educacional de inclusão. Deste modo, a formação de professores, direcionada para educação inclusiva, pode contribuir para uma prática pedagógica efetiva dentro da sala de aula de ensino regular composta por alunos sem necessidades educacionais especiais e por alunos portadores de necessidades educacionais especiais.

Sabemos que a realidade das salas de aulas é composta por uma diversidade enorme, cultural, social, étnica e, também, por portadores de necessidades educacionais especiais. Deste modo, o ritmo da aprendizagem ocorre de forma diferenciada, sendo necessário que os professores estejam preparados para respeitar esse tempo de aprendizagem, através de cursos de formação que busquem preparar os educadores para respeitar os ritmos e tempos de aprendizagem de cada aluno, dentro do ambiente da escola regular. Um novo olhar, em relação ao aluno portador de necessidade especial, deve estar direcionada a valorização das habilidades e possibilidades que surgem em meio as dificuldades e limitações, através de um currículo que proponha adaptações direcionadas a promoção da participação de tais alunos.

Assim, observou-se que para a progressão e efetivação da educação inclusiva na rede de ensino regular é necessário que a formação de professores contemple a educação inclusiva de início ao fim; que a prática pedagógica ocorra de forma a atende as especificações de cada aluno, bem como, ao grupo como um todo, tendo a comunidade escolar papel essencial no ensino-aprendizagem dos alunos.

REFERÊNCIAS

LOUZADA; Juliana Cavalcante de Andrade; MARTINS, Sandra Eli Sartoreto de Oliveira. Educação Inclusiva: O Olhar do Professor sobre a Prática Pedagógica para o Aluno com Deficiência no Ensino Fundamental II. RIAEE – Revista Ibero- Americana de Estudos em Educação, v. 11, n. esp. 2, p. 986-999, 2016.

MANTOAN, M.T.H. A integração de pessoas com deficiência. São Paulo: SENAC, 1997.

MARTINEZ, Amanda Botelho Corbacho; COSTA, Daiane Santil. CONCEPÇÕES DE PROFESSORES SOBRE A FORMAÇÃO DOCENTE NA PERSPECTIVA INCLUSIVA: breves relatos de pesquisas. Número Regular: Formação de Professores e Desafios da Escola no Século XXI Sinop, v. 7, n. 2 (19. ed.), p. 705-722, jun./jul. 2016.

MEDEIROS, Ana Paula Medeiros; BARRERA, Sylvia Domingos. Inclusão Escolar: concepções de professores e práticas educativas. Psicologia em Revista, Belo Horizonte, v. 24, n. 1, p. 191-208, abr. 2018.

NASCIMENTO, Ladislau Ribeiro do. Encontros possíveis entre psicologia e educação para a inclusão escolar. Arquivos Brasileiros de Psicologia. Rio de Janeiro, 71 (1), p. 6-18, 2019.

NEVES, Libéria Rodrigues; RAHME, Mônica Maria Farid; FERREIRA, Carla Mercês da Rocha Jatobá. Política de Educação Especial e os Desafios de uma Perspectiva Inclusiva. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 44, n. 1, e84853, 2019.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. EDUCAÇÃO ESPECIAL/INCLUSIVA NO BRASIL: demandas contemporâneas. Cad. Pes., São Luís, v. 23, n. Especial, set./dez. 2016.

RECH, Andréia Jaqueline Devalle; ANTUNES, Helenise Sangoi; ÁVILA, Cinthia Cardona de; OLIVEIRA, Glaucimara Pires; SILVA, Vanir Ferrão da. Analisando as contribuições do Programa Nacional pela Alfabetização na Idade Certa frente à prática pedagógica inclusiva dos professores orientadores de estudos. Revista Educação Especial, v. 28, n. 51, p. 225-240, jan./abr. 2015.

SARDAGNA, Helena Venites; FROZZA, Tatiane De Fraga. Narrativas e Práticas De Governamentalidade: a Pprspectiva do docente sobre o aluno com deficiência. Educação em Revista, Belo Horizonte, v.35, e188848, 2019.

TANNÚS-VALADÃO, Gabriela; MENDES, Enicéia Gonçalves. Inclusão escolar e o planejamento educacional individualizado: estudo comparativo sobre práticas de planejamento em diferentes países. Revista Brasileira de Educação, v. 23 e230076, 2018.

VIEIRA, Alexandro Braga; RAMOS, Ines de Oliveira; SIMÕES, Renata Duarte. Inclusão de alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento: atravessamentos nos currículos escolares. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 44, e180213, 2018.

VITALIANO, Célia Regina. Formação de professores de Educação Infantil para inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais: uma pesquisa colaborativa. Pro-Posições, V. 30, e20170011, Campinas, SP, 2019.